

Manifesto pela reabertura responsável e imediata dos Foros Trabalhistas no Distrito Federal.

A pandemia de COVID-19 tem produzido grave crise sanitária e social em todo mundo. Mais do que uma doença respiratória grave, a COVID-19 é uma doença com origens e repercussões ecológicas e sociais. A doença, entre várias consequências, empurrou muitas famílias para a pobreza extrema decorrente do desemprego. Neste momento é fundamental que a sociedade brasileira permaneça unida para enfrentar a COVID-19, mas também a grave crise econômica que se assola pelo país e resvala nos tribunais trabalhistas.

Neste contexto, nós, advocacia trabalhista, registramos nosso veemente repúdio à Resolução 34/20 por proibir a população ao acesso à Justiça. E não há que se falar em meios virtuais como forma de entrega da prestação jurisdicional, mas sim do pleno e efetivo acesso aos foros trabalhistas de maneira segura, com observância a todos os protocolos de saúde.

Da mesma forma, apelamos ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, Brasilino Ramos, ao Vice-Presidente e Corregedor Alexandre Nery de Oliveira e a todos os desembargadores da egrégia Corte Trabalhista da 10ª Região para a retomada presencial imediata das atividades jurisdicionais essenciais, em especial, das audiências de instrução e julgamento.

No DF, cabe assinalar que não apenas todos os estabelecimentos já se encontram em pleno funcionamento (escolas, teatros, cinemas, restaurantes, bares, hotéis, academias, repartições públicas, parques, entre outros), como também os demais Tribunais (TRF1 e TJDFT) já reabriram suas portas à população e advocacia com a retomada, inclusive, das audiências presenciais.

O pleito da advocacia brasiliense vai ao encontro também com o funcionamento dos demais TRT do país que já retomaram suas atividades presenciais, vejamos:

TRT	Audiências presenciais e/ou mistas	Atendimento presencial ao público mediante agendamento
1ª. RJ	23/11/2020	23/11/2020
2ª. SP	19/10/2020	13/10/2020
3ª. MG	14/09/2020	14/09/2020
4ª. RS	12/11/2020	12/11/2020
5ª. BA	03/11/2020	X
6ª. PE	01/10/2020	X

7ª. CE	14/09/2020	28/09/2020
8ª. PA	19/10/2020	X
9ª. PR	05/10/2020	05/10/2020
10ª. DF		
11ª. AM	Sem data	Sem data
12ª. SC	Plano de Retomada suspenso em 06/11/2020	
13ª. PB	08/09/2020	08/09/2020
14ª. RO	Sem data	Sem data
15ª. Campinas	Sem data	Sem data
16ª. MA	03/11/2020	03/11/2020
17ª. ES	13/10/2020	24/09/2020
18ª. GO	03/11/2020	03/11/2020
19ª. AL	x	x
20ª. SE	01/10/2020	01/10/2020
21ª. RN	28/09/2020	28/09/2020
22ª. PI	21/09/2020	31/08/2020
23ª. MT	07/10/2020	07/10/2020
24ª. MS	26/10/2020	26/10/2020

OBSERVAÇÕES:

- nas datas acima, não está sendo considerada a realização de audiências presenciais em projetos piloto adotados por alguns regionais (ex.: TRT 2 e 5), mas sim a retomada efetiva, ainda que de forma alternada;
- está sendo considerada a fase de retomada em que se encontra cada TRT na data do dia 10/11/2020;
- quanto à retomada das audiências de instrução, conforme cada Regional, poderá ser integralmente presencial ou mista.

Cientes dos importantes impactos que a política de isolamento horizontal trouxe na economia e na vida das pessoas, famílias e comunidades e sendo o Poder Judiciário atividade essencial à sociedade, solicitamos a reabertura imediata das portas à população em momento em que a prestação jurisdicional deve ser ainda mais célere e efetiva.

Insta observar que o manifesto da advocacia trabalhista leva em consideração o retorno das atividades presenciais com a observância de todas as normas de saúde e vigilância sanitária, jamais se afastando de seus protocolos bem como mantendo em isolamento os servidores, terceirizados, magistratura, advocacia, defensoria pública e público externo que se encontram no grupo de risco.

Por fim, parabenizamos e encorajamos a sociedade civil por sua resposta à crise social e humanitária decorrente da pandemia, e convidamos o Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região a dar resposta à sociedade civil



reabrindo suas portas, de forma imediata, dando o pleno acesso à Justiça
garantido pela Constituição Federal

Brasília-DF, 13 de novembro de 2020